

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Dalvanira Domingos Faustino de Souza
Márcio Adriano de azevedo
Sofia Katarine de Freitas Valdivino

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a economia solidária e a educação profissional a partir de análises prévias na particularidade de alguns assentamentos da Região do Mato Grande. Para isso, utilizou-se, como procedimentos metodológicos, elementos da pesquisa etnográfica, mediante a revisão bibliográfica (STÉDILE; GORONDER, 2004; PRADO JÚNIOR, 2007; TAVARES; SEIXAS, 2011); e a análise documental (AZEVEDO, 2010). Os resultados evidenciam que as experiências de economia solidária vislumbram a possibilidade de trabalho fundamentado nas concepções de trabalho defendidas pelos trabalhadores e produtores do campo, com base familiar. Como resultado de pesquisa em andamento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – PPGEP, os resultados parciais mostram a importância da economia solidária como uma perspectiva emancipatória de trabalho, nas áreas de assentamentos na referida região.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional, Economia Solidária, Assentamentos, Agricultura.

SOLIDARY ECONOMY AND PROFESSIONAL EDUCATION: FIRST APPROACHES

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between the solidary economy and vocational education from previous analyzes on the particularity of some settlements in the Mato Grande region. For this, we used as methodological procedures, elements of ethnographic research, through literature review (GORONDER, 2004; PRADO JÚNIOR, 2007; TAVARES; SEIXAS, 2011); and document analysis (AZEVEDO, 2010). The results show that the experiences of solidarity economy envision the possibility of work based on the conceptions of work defended by the workers and producers of the field, based on family. As a result of ongoing research under the Postgraduate Program in Vocational Education - PPGEP, the partial results show the importance of the solidarity economy as an emancipatory perspective of work in the settlement areas in the region.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo principal refletir sobre a importância da economia solidária como um caminho que deve ser percorrido para o desenvolvimento, no que diz respeito às dimensões econômicas, sociais e humanas, visto que, por meio de um “empreendimento” coletivo solidário, prioriza o desenvolvimento de todos os membros por igual.

Trata-se de um trabalho de cunho científico, apoiado em fontes primárias e secundárias, nas quais “a cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelo e normas a serem seguidos” (MINAYO, 2013, p.11), pois a história das ciências revela um não *a priori*, mas o que foi produzido em determinado momento. Assim sendo, o texto pretende contribuir com a formulação de políticas públicas que venham fomentar para um entendimento sobre as raízes históricas da economia solidária.

Esse estudo está organizado em cinco partes. Na primeira parte, apresentamos a parte introdutória; na segunda, “A origem da economia solidária”, em que discutimos a importância dessa economia no que diz respeito às dimensões econômicas e ao caminho a ser percorrido para o desenvolvimento agrário; a terceira parte traz, “As raízes históricas dos assentamentos da Região do Mato Grande”, na qual apresentamos a historicidade dos assentamentos da Reforma Agrária. Na quarta parte, “Um breve relato sobre a Região do Mato Grande”, realizamos um apanhado histórico sobre a cidade de João Câmara/RN. Finalmente, a quinta e última parte apresenta as Considerações Finais acerca da “Economia Solidária: uma estratégia de sobrevivência em áreas de assentamentos, na Região do Mato Grande”.

2 A ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A concepção que prevalece sobre a educação, para a população que vive no campo, especificamente no meio rural, tem afastado os sujeitos das possibilidades de pensarem na sua própria história e de vislumbrar uma identidade cultural.

Nesse contexto, a economia solidária é definida como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizado sob a forma de autogestão. Assim, compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de um modo de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizado pela igualdade. Nesse sentido,

[...] o exercício da cidadania municia os cidadãos com recursos para se inserirem na sociedade e para progredirem no trabalho, contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, principalmente, ao enfatizar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos. (RIBEIRO; FARENZENA; GRABOWSKI, 2012, p. 122).

Conforme vimos acima, a economia solidária é vista como uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social na forma de uma corrente do bem que integra quem produz e quem vende, quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Ela também preconiza o trabalho como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica.

A história e a diversidade dos conflitos agrários no Brasil são analisadas em sua relação como um conjunto de fatores macroestruturais, como as transformações nas formas de integração econômica do país no mercado internacional. A mobilização política dos trabalhadores rurais para a conclusão da luta pela Reforma Agrária se inicia com os locais a serem disputados.

A ausência de uma clara definição e encaminhamento de uma política agrária pelas agências governamentais fez com que a implementação dos assentamentos rurais em São Paulo/SP, tenha sido uma decorrência das contundentes ações políticas dos trabalhadores rurais sem terra organizados pelos movimentos sociais. (MEDEIROS; LEITE, 2009, p. 70).

Dessa forma, no Estado de São Paulo, nos anos de 1980, aconteceu uma parte das disputas fundiárias, resultando na conquista de áreas isoladas para criação de assentamentos, bem como na formação de movimentos sociais que protagonizaram uma reinserção da Reforma Agrária. Nesse cenário,

[...] a existência de inúmeras situações de conflito social nestas ações agrárias governamentais fez com que se difundisse nos movimentos sociais a noção de que qualquer iniciativa estatal em relação à estrutura fundiária ocorra, principalmente, a reboque das situações criadas pelos movimentos sociais. (MEDEIROS; LEITE, 2009, p. 71).

Assim, a questão agrária compreende relações de poder econômico, político e cultural entre diferentes sujeitos, com interesses e perspectivas diferenciados em torno da propriedade de terras e seus múltiplos usos no capitalismo e, sobretudo, na particularidade brasileira, uma vez que os assentamentos emergem da luta desigual na demanda por parte de terra entre os grupos e setores sociais.

3 AS RAÍZES HISTÓRICAS DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DO MATO GRANDE

Torna-se imprescindível sabermos que tudo tem suas raízes e, durante esse fato, é preciso buscar fontes nas quais possamos obter dados coerentes a respeito da Reforma Agrária. No século XX, tornaram-se conhecidos os primeiros anos da Reforma Agrária Mexicana e Russa. Mais tarde, porém, ela foi implantada nos países do Leste Europeu e nas ex-colônias europeias da África e do Oriente Médio. A última onda da Reforma Agrária ainda serpenteia pela América Latina e pelo Brasil, que continua imerso na longa e já desgastada experiência.

No governo de Getúlio Vargas, em 1950, chegou-se a criar uma comissão que elaborou um documento intitulado “Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil”. Foi no governo João Goulart, no entanto, início da década de 1960, que o tema se transformou em debate nacional. Contudo, na década de 1970, se constituiu e se expandiu o moderno padrão agrário brasileiro, visto que a maior parte do excedente a ser produzido em condições industrializadas ocorreu no início dos anos de 1980, com a expansão da cana-de-açúcar e uma vigorosa onda de exportação. Nesse contexto,

[...] A diminuição da participação paulista no valor da produção nacional, nos anos 70, significa, de um lado, um teto do desenvolvimento agrário paulista nas condições técnico-produtivas e comerciais e, outro, a incorporação de outras áreas nessas condições. (STÉDILE; GORONDER, 2004, p. 226).

Com isso, a Reforma Agrária vem ganhando um impulso considerável, seja por pressões vindas de baixo ou através de iniciativas oficiais direta ou indiretamente estimuladas por elas. Prado Júnior (2007, p. 128) define: “[...] essa radicalização do homem do campo que se mostra cada vez mais decidido a lutar por melhores condições de vida, as esferas oficiais se mobilizam”.

É pertinente informar que as relações de produção da agropecuária brasileira e a relação do trabalho vigente na grande exploração rural, ocupam posição ímpar e privilegiada. São elas que dão a natureza e caráter das relações de produção em geral e do fundamento da estrutura agrária do país. Sob a ótica dos autores,

A relação entre a agricultura e a agroindústria é designada pela agroindustrialização das atividades agrárias. A participação da agroindústria nos respectivos complexos aponta igualmente para o predomínio de São Paulo; se bem que aqui, como na participação da agricultura, a diferença diminuiu um pouco, o que não aconteceu com a indústria para a agricultura [...]. (STÉDILE; GORONDER, 2004, p. 230).

Dessa forma, as relações entre industrialização e agroindustrialização do campo revelam a atual convivência entre indústria e agricultura, recebendo o nome de complexo agroindustrial. Levando-se em conta que a agricultura nada mais é do que um segmento desse complexo, um segmento com características próprias e no qual a sociabilidade se alterou significativamente, podemos designar por padrão agrário moderno as atividades agrárias.

O processo da Reforma Agrária desfecha quando o Estado faz a concessão de uso de uma gleba de terra, cujo tamanho varia conforme a região, a um pretendente para que nela cultive. Ao

conjunto de lotes numa determinada área, dá-se o nome de **assentamento** e o beneficiário é chamado de **assentado**.

Da instalação do assentamento à sua implantação, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) prevê 18 meses de duração. Nesse período, os assentados recebem créditos referentes à alimentação, fomento agropecuário e habitação. O valor médio desses créditos, a fundo perdido, gira em torno de 2,8 mil por assentado; a fase de consolidação deve durar três anos e meio; e os assentados recebem os créditos de produção PROCERA de R\$ 13 mil, a juros de 1,15% ao ano, com dez anos para pagamento, sendo três anos de carência e rebate de 40%. Quando o INCRA julgar que o assentamento esteja em condições de levar vida própria, ele será emancipado. Contudo, a realidade nos mostrou que não existe praticamente nenhum assentamento emancipado e que os assentados não passam de funcionários públicos de uma imensa estatal latifundiária e improdutivo.

4 BREVE RELATO SOBRE A REGIÃO DO MATO GRANDE – JOÃO CÂMARA/RN

Nessa seção, faremos um breve relato sobre a Região do Mato Grande, da qual realizamos um apanhado histórico sobre a cidade de João Câmara/RN, tendo como referencial teórico Tavares e Seixas (2011), com o intuito de levar o leitor a conhecer a historicidade da referida Região.

A Região do Mato Grande é constituída por 15 municípios, quais sejam: Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros, Caiçara do Norte e Ceará-Mirim, cidade em que está localizado um campus do Instituto Federal de Ciências, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). João Câmara/RN é uma cidade localizada nas proximidades da Região Metropolitana do Natal/RN, um município brasileiro, situado no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Fundado em 1928, o referido município se localiza na Microrregião da Baixa Verde, sendo conhecida como “Terra dos Abalos” e “Baixa Verde”. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, sua população era de aproximadamente 35.087 mil habitantes.

A vegetação é composta por duas formações de caatinga. Uma é a caatinga hipoxerófila, com uma vegetação de clima semiárido, que apresenta arbustos e árvores com espinhos e de aspectos menos agressivos do que a caatinga hipertermófila. Dentre as espécies, destacam-se a catingueira, angico, braúna, juazeiro, marmeleiro, mandacaru e aroeira. A outra formação é a caatinga hipertermófila, que apresenta uma vegetação de caráter mais seco, com abundância de cactáceas e plantas mais espalhadas e de porte mais baixo.

Dentre outras espécies, destacam-se, nesse ambiente, a jurema preta, o faveiro, o marmeleiro, o xiquexique e o facheiro. Os solos predominantes são os seguintes: areias quartzosas distróficas, com fertilidade natural baixa e textura arenosa; relevo plano e excessivamente drenado; podzólico vermelho amarelo, equivalente eutrófico, com fertilidade natural alta, textura

média; relevo plano, moderado e imperfeitamente drenado, medianamente profundo; cambissolo eutrófico, com fertilidade natural alta, textura média; e relevo plano, medianamente profundo.

No centro da cidade, é possível encontrar diversas formas de trabalho que tanto adaptam o meio construído às suas necessidades, como é o caso de inúmeras residências que se tornaram pequenos comércios, quanto aquelas que se adaptam a esse meio construído, principalmente no que concerne à busca por localidades próximas às vias mais dinâmicas dessa área.

Essa área é dominada pelo comércio que forma um espaço de atração e influencia tanto a população que deseje estabelecer alguma relação econômica, quanto os novos empreendedores que tentam iniciar um novo negócio. Essa área compreende as ruas Cícero Varela, Padre João Maria, Sete de Setembro, Vereador Severiano da Câmara, Monsenhor Walfredo Gurgel, bem como toda a área que rodeia a Praça Baixa Verde e a Praça Antônio Justino de Souza.

Nesse sentido, concentra-se uma enorme quantidade de estabelecimentos das variadas naturezas, como: lojas de eletrodoméstico, de móveis, de roupas, redes de supermercados, farmácias, perfumarias, pequenos mercadinhos, bancos, concessionárias de motocicletas, agências de créditos, estabelecimentos de alimentação, lojas de material de construção, entre outras. Desse modo,

[...] as expressões das formas de consumo moderno que emergem nas metrópoles e representantes legítimas do circuito superior, as redes de eletrodomésticos e as redes de supermercados também fazem parte da configuração dos circuitos da economia urbana de João Câmara/RN. (TAVARES; SEIXAS, 2011, p. 35).

Nesse cenário, destacamos o papel dessas cidades nordestinas, pois elas formam um traço de união entre o campo e a cidade, visto que as feiras livres apresentam grande dinâmica territorial e envolvem, no mesmo espaço, produtores e comerciantes de diversas naturezas e territórios diferentes. Assim, a feira livre semanal de João Câmara representa o momento de maior dinâmica do comércio da cidade, não só para os feirantes, mas também para todo o comércio da cidade.

A cidade de João Câmara/RN apresenta alguns espaços voltados para a realização das funções mais modernas da cidade contemporânea por meio da presença de duas grandes concessionárias de motocicletas multifuncionais. Logo,

Esses espaços organizados verticalmente, embora sejam portadores de uma racionalidade hegemônica, com o interesse das grandes corporações, vem engendrando espaços que são organizados horizontalmente, pois atendem aos interesses dos agentes sócios e locais, sobretudo aqueles do circuito inferior da economia urbana. (TAVARES; SEIXAS, 2011, p. 38).

Ao realizarmos um estudo sobre a economia do Rio Grande do Norte, obtivemos informações no sentido de que as principais atividades econômicas são: agricultura, pecuária, pesca, produção do petróleo, sal, bem como o turismo. Na Região do Mato Grande, não

encontramos a produção de petróleo nem a salineira. Entre os planos de desenvolvimento dessa Região, está a aposta nas cooperativas.

De acordo com essa realidade, o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – instalado em 2009 em João Câmara/RN - ofereceu o curso de Cooperativismo, acreditando que, através de profissionais formados nessa área, contribuiria para a manutenção das cooperativas já existentes.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grande (RIO GRANDE DO NORTE, 2006), entre os desafios que se impõem à Região, pode-se destacar: a concentração de terras; as dificuldades de inserção dos produtos no mercado (comercialização); a degradação ambiental; a irregularidade climática; os elevados índices de analfabetismo no meio rural; a base social pouco organizada, visto que há um pequeno número de organizações com atuação efetiva no território; o baixo nível de associativismo; a ingerência política; a falta de integração institucional; a migração da população rural para a zona urbana; o baixo índice de cobertura da Assistência Técnica Estatal; a insuficiência de cursos profissionalizantes; e a falta de capacitação e de educação voltada para a Agricultura Familiar.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Sustentável ressalta que as políticas públicas e iniciativas governamentais e não governamentais, bem como a sociedade civil organizada, situam-se num contexto de enfretamento político, econômico, social e cultural, que exige práticas e ressignificações no campo das políticas e da gestão pública, ambiental, de pessoas e de processos. Um estudo propositivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005c) mostra que o enfretamento das políticas públicas na referida Região exige “diferentes formas de gestão praticadas, sejam associativas ou de controle social via conselhos. Verificamos que a fragilidade desses mecanismos tem obstaculizado o desenvolvimento local” (AZEVEDO; TAVARES; DANTAS, 2011; BRASIL, 2005, p. 79).

Com base no entendimento no que se refere à construção de uma sociedade democrática e igualitária, é a ideologia que move a luta incansável dos movimentos sociais, uma vez que a economia solidária se atrela a essa luta em que homens e mulheres são construtores desse pensar. Consideramos que esses atores são sujeitos de análise para elaboração de políticas públicas que possam contribuir para uma vida melhor para as próximas gerações. Podemos dizer que se discute a economia solidária como uma política pública que venha possibilitar o acesso das bases populares, fortalecendo os empreendimentos econômicos e solidários, e que estes subsidiem a segurança para educação, saúde, trabalho e moradia.

Segundo Silva (2014), a economia solidária é uma estratégia de sobrevivência frente ao capitalismo, uma política social, não apenas na linha de produção, visto ser uma forma de zelar pelas pessoas, possibilitando uma reflexão ao modelo econômico-hegemônico vigente na sociedade. Portanto, as experiências da economia solidária vão além da comercialização, possibilitando o trabalho coletivo e organizado nas comunidades rurais e assentamentos, bem como a melhoria para os empreendimentos desse tipo de economia.

Podemos dizer que o fortalecimento das dimensões política e social emerge da participação no exercício da cidadania, pensando a economia solidária no campo econômico, para a melhoria da renda, através de um trabalho justo que venha a fortalecer as atividades produzidas no campo e na cidade, envolvendo a agricultura familiar, a pesca artesanal, entre outras atividades, proporcionando melhores condições de trabalho a seus integrantes. Na dimensão social, contribuindo para que homens e mulheres participem dos espaços e debatam as políticas públicas, além de oportunizar a participação dos sujeitos na elaboração de propostas. Nesse contexto, as atividades produtivas na economia solidária propõem uma *práxis* para se chegar a outro mundo possível, com uma proposta baseada nos princípios não capitalista, estabelecendo a construção de outra dinâmica no mundo do trabalho.

No que se refere à agricultura familiar, a Educação do Campo, nesse contexto, é vista como uma possibilidade de resgate histórico e social que vai além do mercado de trabalho, visto que essa educação está vinculada a um projeto de desenvolvimento, a partir das lutas sociais populares associadas a essa experiência educativa, que expressam a resistência de viver do trabalho da terra.

Azevedo (2007; 2010) destaca que essa expressão “Educação do Campo” adota uma visão mais condizente com a realidade dos sujeitos do campo, uma política de educação com ações que se voltam para os interesses dos diversos sujeitos que compõem o campo, como os camponeses, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, dentre outros.

Diante do que já discutimos, a Educação Profissional destinada ao campo tinha/tem por finalidade silenciar valores culturais e sociais dos sujeitos que residem naquele território, configurando-se como um processo de negação do saber inerente ao homem do campo, visto que a maior parte dos programas oficiais de ensino desprezam a realidade e experiências do sujeito do campo. Entretanto, ressaltamos a importância através da educação para o fortalecimento do trabalho coletivo das famílias, que vivem da terra.

Como mencionado, a luta dos movimentos sociais do campo se insere no contexto das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse sentido, Azevedo (2010) sinaliza a importância dessas lutas por princípios educativos que estimulem a formação de valores, hábitos e comportamentos, tendo como ponto de partida o mundo humano em sua complexidade histórica e cultural. Seguindo esse pensamento, podemos afirmar que o esforço dos movimentos sociais do campo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é defendido por uma educação contra-hegemônica e comprometida com os sujeitos do campo.

5 CONCLUSÃO

A Região do Mato Grande é composta por inúmeros assentamentos e acampamentos que buscam a organização e o trabalho da agricultura de base familiar, podendo ser a economia solidária uma importante vertente para a organização e o desenvolvimento do trabalho. A

pesquisa em andamento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – PPGEP/IFRN, no estágio de revisão e de análise documental, aponta para divergências socioeconômicas, políticas e culturais na região, como o potencial estratégico que a região possui, mas, por outro lado, os indicadores sociais estão entre os mais baixos no Rio Grande do Norte.

A implantação do IFRN na região representou a possibilidade de novos contornos para a educação e o trabalho, levando-se em consideração a implantação de vários cursos, como os de natureza técnica, nas áreas de Cooperativismo e Administração, além dos cursos superiores de Licenciatura em Física e de Tecnologia em Energias Renováveis, entre outros. Em que pese a economia solidária ter em suas concepções e bases os fundamentos da agricultura familiar, a análise documental mostra que há inúmeras cooperativas fechadas na região, predominando, em nossas primeiras análises, a oferta do trabalho assalariado, em detrimento daquele de cunho organizativo-familiar.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Márcio Adriano de; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; DANTAS, Renier Cavalcanti. Nova Ruralidade: concepções, embates e reflexões sobre particularidades na Região do Mato Grande. *In*: TAVARES, Matheus Augusto Avelino; SEIXAS, Rebeka Carocha. (Orgs.). **Olhares sobre a Região do Mato Grande**. Natal: EDIFRN, 2011.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Avaliação do programa Escola Ativa como política pública para escolas do campo com turmas multisseriadas**: a experiência em Jardim do Seridó (1998-2009). 215f. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: UFRN, 2010.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. Política de Educação do Campo: concepções processos e desafios. *In*: NETO, Antonio Cabral *et al.* **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livros, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Estudo Propositivo do território do Mato do Grande/RN**. Natal: SDT, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sócios e políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil (1907 – 1990)**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; FARENZENA, Nalú Farenzena; GRABOWSKI, Gabriel. Financiamento da educação básica e profissional. **Revista Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p.111-124, 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Mato Grande – RN**. [S.]: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2006.

STÉDILE, João Pedro; GORENDER, Jacob *et al.* **A questão agrária na década de 90.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Maria Katarina Barbosa. **Os caminhos se constroem ao caminhar:** Desafios da autogestão do Núcleo Agroecológico Solidário – Rede de Xique Xique de São Miguel do Gostoso/RN. Monografia. Curso de Serviço Social. Centro Universitário Facex - UNIFAFACEX, Natal /RN, 2014.

TAVARES, Matheus Augusto Avelino; SEIXAS, Rebeka Caroca. (Orgs.). **Olhares sobre a Região do Mato Grande.** Natal: EDIFRN, 2011.